

Libera geral: um caso sobre a dicotomia administração x política

Elaborado por Cláudia Uchoa Cavalcanti, Alketa Peci e Aline Santos

(2016)

Contém Nota Pedagógica

Dilema

Quanto vale uma promessa de campanha? No Município de Três Barras, o prefeito recém-eleito decide iniciar uma reforma com expansão do mercado popular. Para tanto, solicita ao Secretário de Obras o projeto arquitetônico com previsão inicial de custos para início imediato do certame licitatório, visando à inauguração do novo mercado ainda no primeiro ano de mandato. No entanto, uma decisão política pode não ser tão simples de ser processada na máquina administrativa pública, que exige um rígido controle burocrático de cada procedimento estabelecido em lei. Nesse cenário, o conflito existente entre o Secretário de Obras e o Subsecretário de Planejamento e Orçamento dificulta ainda mais as coisas. Haja vista a necessidade de atendimento dos requisitos técnicos e legais, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento precisa tomar a decisão de liberar ou não o processo para o atendimento das determinações do chefe do Poder Executivo, representante legítimo da vontade política.

A vitória nas urnas

O Sr. Wagner Ribeiro, também conhecido como WR, respirou aliviado com a vitória nas urnas. Era sua terceira candidatura a Prefeito de Três Barras, e pela primeira vez conseguiu vencer seu adversário político, Zezeu. É verdade que não foi uma eleição fácil, e as más línguas até desqualificaram sua vitória com a alegação de que o embate foi contra o candidato Leandro, indicado por Zezeu, e não um confronto direto com o antigo adversário.

De todo modo, WR não se importou, estava feliz demais com a conquista, e com muitos planos para melhorar a qualidade de vida da população de seu município. WR foi criado no terceiro distrito e, mesmo tendo melhorado seu padrão financeiro por conta do pequeno negócio familiar, permaneceu morando no humilde bairro.

Sua campanha focou a agenda da educação do município, se valendo do último resultado do Ideb¹, no qual obteve a penúltima colocação entre os 88 municípios avaliados. O contraste se dava com a comparação do resultado do PIB² municipal: entre os dez primeiros do estado. WR não conseguia entender como um município tão rico tinha uma população vivendo em condições tão precárias.

Entre as promessas de campanha, estava a construção de escolas para melhor atender aos três distritos do município, já que, em alguns locais, as crianças precisavam caminhar pelas estradas de terra para chegar ao colégio. Imaginava prédios bem ventilados, com salas amplas e claras, materiais didáticos adequados e uniformes para todos. Queria que o município fosse conhecido pelo slogan da qualidade de ensino básico para todos.

Enfim, o reconhecimento profissional

O Sr. Carlos Barata, funcionário de carreira da prefeitura, recebeu o convite para ser o secretário de obras, como um presente de Natal dado pelo candidato vencedor das eleições municipais. Não havia participado da campanha eleitoral e ficou surpreso de ter seu nome lembrado para o cargo. Barata nunca tinha exercido um cargo relevante na estrutura da secretaria, apesar da experiência e da reconhecida qualidade de seu trabalho. No início da carreira, trabalhou em uma empresa privada com projetos para o município, até que passou no concurso para a secretaria.

Ao contrário do que muitos poderiam imaginar, o brilho nos olhos de Barata não se devia ao presumido prestígio do cargo na secretaria, mas sim ao desafio das promessas de campanha para a construção de escolas municipais. Barata nasceu em uma família de recursos escassos e sabia o significado de uma boa escola e qual seu impacto no futuro de uma criança.

No dia da posse, convidou seus amigos e familiares para assistir ao belo discurso do Prefeito. Isso o encheu de entusiasmo, porém nem tudo eram flores: ao encontrar alguns colegas da secretaria, foi assediado para que os nomeasse para cargos de confiança, pessoas que mal falavam com ele no trabalho... Começou a perceber que o cargo tinha um ônus que ele ainda não havia se dado conta quando aceitou o convite.

Uma oportunidade de mudança

À procura de um especialista em orçamento público com um extenso currículo no governo estadual? Bastava chamar Januário, funcionário do governo estadual, lotado em uma agência de fiscalização de serviços públicos, na função de assessor dos conselheiros.

Os últimos meses de trabalho revelaram-se torturantes para Januário. O motivo? Simplesmente, os conselheiros não se entendiam, o que acarretava inúmeras situações constrangedoras para o corpo técnico.

¹ O Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Em uma escala de 0 a 10, sintetiza dois conceitos, a aprovação escolar e o aprendizado em português e matemática.

² PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região.

Em seu segundo ano de trabalho, Januário não conseguia ver uma luz no fim do túnel. O fato de trabalhar lá deixou de fazer sentido. Ecoava em sua mente o discurso de um antigo superior: "...ao contrário do que se acredita, é mais fácil entrar do que sair...", se referindo à nomeação para cargos de confiança.

Certo dia, foi surpreendido ao ser convocado para uma reunião com o presidente da agência. Por conta de seu baixo rendimento, ficou logo ansioso, imaginando o que poderia ser. O início da conversa o deixou mais tenso: "Januário, você está visivelmente insatisfeito com o seu trabalho e não vejo perspectiva de mudança num curto prazo".

Passado o susto, veio o inesperado convite: o prefeito eleito em Três Barras, Wagner Ribeiro, o cogitara para assumir a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Januário não conseguiu esconder sua alegria e alívio com o convite, afinal, era uma oportunidade de mudar de trabalho e dar um novo rumo a sua carreira! Além disso, a graciosa cidade de Três Barras trazia as boas lembranças das férias de verão com seus primos no sítio da tia Zulmira. Poderia ser mais perfeito?

O início do mandato

As comemorações foram muitas e as congratulações vieram de toda parte. A posse no dia 1º de janeiro encheu o centro da cidade de Três Barras. Felizmente a área de comunicação providenciou telões na praça, pois o plenário estava lotado. O discurso do prefeito foi repleto de propostas de mudanças e de ações para melhorar a qualidade de vida da população, reforçando suas promessas de campanha na área de educação.

A escolha para a equipe do primeiro escalão das secretarias baseou-se nos seguintes critérios: nas áreas caracterizadas pelo atendimento direto ao cidadão, como assistência social, saúde e educação, pessoas moradoras do município foram privilegiadas. Já em outras áreas, optou-se pela indicação de profissionais reconhecidos pela competência técnica, que não moravam, necessariamente, na cidade.

A primeira reunião de trabalho foi agendada para a manhã do dia seguinte. Perante os secretários nomeados, WR destacou a importância do comprometimento de todos visando à excelente prestação de serviços e à realização de obras essenciais para o município.

Em seguida, passou a palavra para Almir Silva, Secretário de Fazenda, que apresentou o panorama da situação fiscal do município e da herança do mandato anterior. Silva destacou que o exercício exigiria paciência e compreensão de todos para a superação da falta de recursos financeiros, haja vista a quitação de despesas contraídas pela administração anterior.

A partir de então, inúmeras reuniões foram realizadas com o fim de evitar o colapso de serviços essenciais à população. Ante um ambiente de crise financeira que se instalara na prefeitura, definiu-se um cronograma de pagamento das despesas realmente indispensáveis à manutenção dos serviços prestados à população.

A vida como ela é

A nomeação de Selena para Secretária de Educação foi conveniente por dois aspectos: como professora da rede municipal e filha do presidente do

partido do prefeito, Selena satisfazia os requisitos técnico e político para o exercício do cargo.

Selena fez a lição de casa e elaborou uma longa relação com os problemas que considerava fundamentais para tratar com o prefeito: ausência de professores de ensino básico, remuneração não adequada, péssimas condições físicas das escolas, além da falta de livros didáticos necessários para o início do ano letivo. Não fosse o bastante, os fornecedores da merenda escolar se recusavam a entregar os alimentos – alegavam que o governo estava em débito desde outubro do ano anterior, impossibilitando a compra de insumos para a entrega das mercadorias. Para piorar o cenário, o sindicato de professores sinalizava uma possível greve, caso não fossem atendidos em suas reivindicações de aumento salarial.

O prefeito ficou tonto com tantas questões apresentadas. Decepcionado, WR não esperava encontrar tais problemas logo de início. Destarte, não conseguiu apresentar os planos de construção de novas escolas, prejudicando a meta de tornar o município uma referência na qualidade do ensino.

WR respirou fundo e convocou sua equipe para reafirmar que a educação seria a área prioritária em sua gestão, como prometido na campanha. Ao expor sua agenda, pediu urgência na elaboração de um cronograma de investimento para as instalações físicas das escolas municipais. No entanto, Selena frustrou as expectativas de WR ao requerer que o primeiro trimestre fosse dedicado à organização de um projeto pedagógico consistente.

Plano B

O tom das reuniões com as demais secretarias não foi diferente: reclamações de fornecedores com pagamentos atrasados, problemas com os sindicatos profissionais, projetos inacabados... Isso tudo comprometia a entrega de serviços essenciais à população local.

Problemas administrativos de toda ordem afetavam a governabilidade da prefeitura. Cabia a WR gerenciar o caos, já que cada titular apresentava apenas os problemas de sua secretaria. Soluções factíveis à realidade financeira do município? Não, não eram propostas...

Contudo, a surpresa veio de quem menos se esperava: Barata, o Secretário de Obras. Justo o último encontro marcado, já que WR imaginou que, depois de receber propostas de obras das demais pastas, poderia discutir a ordem de prioridade com o secretário.

Barata teve o cuidado de estudar minuciosamente as promessas de campanha do prefeito. Solicitou, ao arquiteto chefe da secretaria de obras, a elaboração de projeto arquitetônico para a construção de novas escolas, visando não apenas à padronização e a uniformização dos prédios, mas também à identidade visual das escolas do município.

A notícia de que Barata precisaria esperar para dar início às obras de construção e reforma foi decepcionante. WR explicou que, apesar de seu desejo de iniciar o mandato com resultados visíveis para os eleitores e, principalmente, para os adversários políticos, teve de adiar a construção e reforma das escolas para atender ao pedido da secretaria de educação.

Para uma rápida demonstração de resultados, WR vislumbrou um plano B com a ideia de reformar o mercado popular. Uma expansão ofereceria mais conforto aos compradores e um incremento dos pontos de vendas

para os produtores rurais. De sorte que delegou ao Barata um projeto básico de reforma do mercado popular com conclusão ainda no primeiro ano de mandato, antes das festividades de Natal.

Na verdade não era exatamente o que WR e Barata haviam imaginado, mas era o possível naquela conjuntura.

Colocando a casa em ordem

Januário sabia que teria que trabalhar de forma articulada com Almir Silva, afinal, a distribuição de recursos orçamentários anuais sempre trazia uma disputa recorrente entre o projeto de lei do orçamento anual e a execução na abertura do exercício financeiro. Dessa maneira, solicitou ao prefeito uma reunião com toda a Secretaria de Fazenda.

A reunião começou com uma declaração forte de WR: “Senhores, estamos assumindo a partir de hoje o comando da prefeitura e quero a dedicação incansável de todos nos trabalhos de cada secretaria, pois temos muito que fazer. Três Barras é um município que possui uma população com vergonha de dizer que mora aqui. Daqui a quatro anos, quero que todos os moradores tenham orgulho de dizer onde nasceram e moram!”.

Palmas, muitas palmas... Januário já estava acostumado com esse tipo de reunião. Olhou ao redor e viu que muitos não tinham a menor noção do que os esperava. Havia procurado os últimos relatórios bimestrais da prefeitura que deveriam estar disponíveis no site da prefeitura. Conseguiu o acesso somente aos relatórios de janeiro a agosto. Simplesmente, os relatórios de setembro a dezembro não estavam disponíveis, um indício de desequilíbrio entre receitas e despesas. Já tinha visto esse filme antes!

Com o término da reunião, Januário saiu à francesa. Diga-se de passagem, não foi uma tarefa difícil, até porque era um ilustre desconhecido, dado sua origem no governo estadual. Dirigiu-se ao setor de planejamento e orçamento para conhecer sua futura equipe de trabalho. Chegando lá, encontrou pessoas assustadas, todas provenientes de cargos de nomeação do prefeito ou à disposição daquele setor há muito tempo. Fato é que esperavam que Januário provocasse uma substituição maciça dos funcionários por pessoas de sua confiança.

Após um discurso genérico, Januário concentrou o foco em tranquilizar a equipe quanto à permanência em seus postos de trabalho. Em seguida, quis conhecer as instalações e quase teve um desfalecimento com as pilhas de processos ao redor do departamento.

Trabalho era o que não faltava. A primeira providência foi a separação dos processos por secretaria e por assunto para prover um arquivo organizado. Solicitou ainda a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA) aprovados pela Câmara Municipal naquele exercício.

A LOA foi encontrada rapidamente. Quanto à LDO e ao PPA, nenhum funcionário tinha cópia. “Seria uma prova de que os procedimentos orçamentários da prefeitura estão em desacordo com a legislação em vigor e que atendem apenas as determinações da Lei Federal 4.320/1964?” – pensou Januário. Havia muito que estudar nessas condições.

A solução de todos os problemas

Barata dedicou cada minuto do seu tempo na Secretaria de Obras para preparar o projeto do mercado popular. Ele sabia que a comissão de licitação só conseguiria iniciar os procedimentos após a abertura de um processo administrativo com a inclusão do projeto básico e a previsão de custos de construção, itens indispensáveis para que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento pudesse liberar os recursos orçamentários necessários à reforma.

A obra parecia simples, o cronograma previsto para execução era de apenas quatro meses. Estando ainda em fevereiro, conseguiria atender o pedido de WR para a inauguração antes do Natal.

O gabinete da prefeitura estava sempre muito cheio de pessoas querendo um momento da atenção para diversos pedidos em inúmeras áreas, inclusive de assuntos que não eram de competência municipal. Polido, WR atendia a todos, muitas vezes conversando com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Entre um atendimento e outro, despachava com os secretários.

Quando Barata apresentou o projeto da reforma do mercado, WR ficou encantado. Realmente suas expectativas foram superadas: os boxes para os agricultores possuíam um balcão para expor suas mercadorias, uma grande área para estoque, uma praça central arborizada, banheiros funcionais, espaço para recreação das crianças e muito mais. Além da parte interna, a logística foi pensada em detalhes: desde a circulação dos veículos de carga e descarga até as facilidades de acesso, com a inclusão de pontos de ônibus próximos.

WR convocou seu assessor de comunicação e disse que queria lançar a obra no próximo fim de semana. Barata tentou lhe explicar que o processo precisava ter a liberação dos recursos orçamentários e financeiros antes de iniciar a licitação.

O entusiasmo tomou conta de WR a ponto de não escutar mais ninguém. Só queria saber de apresentar aquele projeto maravilhoso de reforma do mercado municipal, atendendo uma antiga demanda da população.

Barata achou melhor não insistir nos detalhes burocráticos e decidiu que despacharia pessoalmente o processo com Januário a fim de providenciar a liberação dos recursos orçamentários e agilizar o andamento do processo para início imediato da obra.

Apagando os incêndios

Em reunião com sua equipe, Januário tentava apagar mais um dos incêndios diários que o impedia de prosseguir com qualquer planejamento estratégico: um fornecedor de merendas escolares ameaçou interromper o serviço prestado por falta de pagamento das suas faturas. É nesse momento tenso que Barata entra em sua sala.

Barata trazia, literalmente, o processo de reforma do mercado debaixo do braço e queria a liberação dos recursos orçamentários ainda no mesmo dia. “Vocês precisam dar um jeito para ontem. É uma ordem do prefeito”, ressaltou.

Januário sabia por experiência própria que demandas do alto escalão necessitavam de respostas rápidas. No entanto, era necessário cuidado

adicional com obras do primeiro ano de mandato para evitar futuros problemas para a prefeitura com os órgãos de controle externo.

Ao pedir um tempo para analisar o processo com cautela, Januário deixou Barata bastante contrariado. Tanto que precisou ser incisivo para convencer o secretário a deixar o processo em sua mesa.

Não precisou de muito tempo para Januário constatar que faltava muita coisa para poder iniciar uma licitação: a obra não estava prevista no plano plurianual, nem havia a previsão do impacto orçamentário e financeiro, tampouco a declaração do ordenador de despesas sobre a compatibilidade com a LOA e com o PPA.

O Secretário de Planejamento e Orçamento estava em Brasília para solicitar a liberação de recursos de convênio para a área de educação. Januário estava sozinho e precisava apagar mais esse incêndio... A não previsão financeira para a obra que teria uma duração de quatro meses e a condição financeira da prefeitura não eram nada confortáveis. Como justificar esse investimento quando reclamações de atraso de pagamento brotavam por todas as partes?

E agora?

Poucas horas depois, Barata retornou para buscar o processo, questionando Januário se todas as providências para liberação do processo haviam sido tomadas.

A liberação do processo pode implicar o agravamento da situação financeira do município, além de comprometer o prefeito a responder judicial e penalmente junto aos órgãos de controle externo pela autorização de despesas sem a devida previsão no PPA e na LOA.

O Subsecretário de Planejamento e de Orçamento deve tomar a decisão de liberar o processo de procedimento licitatório demandado pelo Secretário de Obras e pelo Prefeito Municipal com prontidão ou não liberar, insistindo nos procedimentos técnicos que considerava necessários?

E agora, o que fazer?

ANEXOS

1. Situação da educação no Município de Três Barras

O Município de Três Barras é parte integrante do Estado da Guanabara. Possui população estimada de 880 mil habitantes (hab.), tendo uma densidade demográfica de 1.800 hab./km². A esperança de vida da população é de 65,1 anos, sendo bem menor que a média nacional e dos demais estados da Região Sudeste.

Esperança de vida ao nascer

Localidade	N (anos)
Brasil	73,94
Três Barras	65,1
Minas Gerais	75,3
Rio de Janeiro	75,1
São Paulo	75,69

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2014.

Com uma população ocupada da ordem de 197,5 mil pessoas e PIB *per capita* de R\$ 40,6 mil, apresenta renda domiciliar *per capita* de R\$ 255, conforme informações disponíveis no site Cidades do IBGE. Tal diversidade é sintetizada por um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,631.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Localidade	IDH	IDH Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
Minas Gerais	0,74	0,743	0,835	0,653
Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
Três Barras	0,635	0,73	0,538	0,638

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2014.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um IDH-M 0,631 classifica o município como de médio padrão e um IDH de 0,727 equivale a um alto padrão de desenvolvimento. Há, portanto, uma disparidade entre o padrão de vida da população sudeste e a do município de Três Barras.

Com um IDH-M Longevidade de 0,538 para e expectativa de vida de 65,1, provavelmente as condições de vida e de saúde da população não são as mais adequadas, a despeito da riqueza econômica e da própria arrecadação de impostos que o município gera para si, o Estado e a União.

Com um PIB da ordem R\$ 35,7 bilhões, o valor adicionado bruto da indústria é de R\$ 20,01 bilhões e o do setor de serviços é R\$ 11,44 bilhões em 2014. Em termos de arrecadação de impostos, o município gerou R\$ 6,56 bilhões para as três esferas de governo: municipal, estadual e federal, aí incluídos impostos como ISS, IPTU, ICMS, IPVA, PIS e IPI.

Produto Interno Bruto (PIB) e valores adicionados

Localidade	Data (ano)	PIB Total (R\$1.000)	Valor adicionado bruto na agropecuária (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto na indústria (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto nos serviços (R\$ 1.000)	Impostos líquidos (R\$ 1.000)
BRASIL	2012	4.392.093.994	198.137.084	969.233.846	3.176.162.250	667.024.567
Minas Gerais	2012	403.551.321	30.214.655	103.353.718	267.527.872	51.648.788
Três Barras	2012	35.776.257	138.808	21.617.604	11.448.637	6.562.864
Rio de Janeiro	2012	504.221.373	1.859.905	138.131.093	366.064.580	75.098.430
São Paulo	2012	1.408.903.858	21.841.809	288.624.355	954.447.225	253.730.762

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2014.

Vê-se que a atividade econômica predominante no município é a indústria, responsável por mais de 60% do PIB municipal. Sozinho, o município de Três Barras responde por 8,87% do PIB do Rio de Janeiro.

2. População: aspectos educacionais

No que se refere à escolaridade da população, apresenta taxa de analfabetismo (população com 18 ou mais anos) de 8,62% e expectativa de anos de estudo de 9,37 anos, abaixo da média nacional (de 9,54). Destaque para a comparação entre a taxa de analfabetismo do Município de Três Barras e a verificada para o Estado do Rio de Janeiro que é 105% maior, respectivamente, 8,62 e 4,47%, conforme quadro abaixo.

Taxa de analfabetismo e expectativa de anos de estudos

Localidade	Taxa de analfabetismo (população com 18 anos ou mais)	Expectativa de anos de estudo
Brasil	10,19	9,54
Três Barras	8,62	9,36
Minas Gerais	8,83	9,38
Rio de Janeiro	4,47	9,17
São Paulo	4,53	10,33

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Datasocial (2014).

Em se tratando de educação, os dados não são favoráveis ao Município de Três Barras. A diferença entre a média de anos de estudo de pessoas de referência dos domicílios de 10 anos ou mais de idade variou para o Brasil

de 5,7 anos em 2001 para 7,34 em 2013, no município os mesmos dados variaram de 5,34 para o patamar de 6,91 anos.

Média de anos de estudo de pessoas de referência dos domicílios de 10 anos ou mais de idade

UF	2013
Brasil	7,34
Três Barras	6,91
Minas Gerais	7,47
Rio de Janeiro	8,57
São Paulo	8,41

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Datasocial (2014).

Em todo o período, embora acompanhasse a tendência de crescimento, a média municipal manteve-se abaixo da média do Brasil e dos demais estados da Região Sudeste. A situação fica ainda mais dramática quando se observa que a diferença verificada na média de anos entre o município e o Estado do Rio de Janeiro é de 1,66 anos ou 20 meses, conforme tabela abaixo.

Se, em termos de escolaridade medida em anos de estudo, a situação do município não é das mais alentadoras, a situação complica-se quando se toma como referência indicadores de proficiência. No caso específico, foram coletadas informações relativas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos iniciais do ensino fundamental para o período compreendido entre 2005 e 2013. Tomando-se como referência o ano de 2013, o Ideb de Três Barras é menor em 0,9 do que o verificado para o Estado do Rio de Janeiro (= 5,2); e 1,8, do que o verificado para os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos iniciais do ensino fundamental - 2005 a 2013

UF	2005	2007	2009	2011	2013
Rio de Janeiro	4.3	4.4	4.7	5.1	5.2
São Paulo	4.7	5.0	5.5	5.6	6.1
Minas Gerais	4.7	4.7	5.6	5.9	6.1
Três Barras - Escolas Públicas	3.3	3.6	3.7	4.2	4.3
Três Barras - Rede Municipal	3.3	3.7	3.8	4.3	4.4
Três Barras - Rede Estadual	3.1	3.2	3.2	3.5	2.9

Fonte: INEP/MEC. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=4474570>.

Ao se analisar o Ideb – anos finais do ensino fundamental, verifica-se um comportamento igualmente dramático. A rede pública tem Ideb igual a 3,3, que é 1,0 menor que o índice verificado para o Estado do Rio de

Janeiro; 1,4, do que o verificado para São Paulo; e 1,5, para Minas Gerais. Tomadas de forma separada, a Rede Municipal tem desempenho um pouco melhor que a Rede Estadual, mas, ainda assim, inferior à verificada para os demais estados da Região Sudeste.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos finais do ensino fundamental – 2005 a 2013

UF	2005	2007	2009	2011	2013
Rio de Janeiro	3.6	3.8	3.8	4.2	4.3
São Paulo	4.2	4.3	4.5	4.7	4.7
Minas Gerais	3.8	4.0	4.3	4.6	4.8
Três Barras - Rede Pública	2.8	2.7	2.7	3.1	3.3
Três Barras - Rede Estadual	3.1	3.2	3.2	3.5	2.9
Três Barras - Rede Municipal	3.3	3.7	3.8	4.3	4.4

Fonte: INEP/MEC. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=4474570>.

Os indicadores do Ideb, quando tomados por tipo de rede pública municipal ou estadual, revelam um quadro ainda mais dramático. A rede pública municipal é a responsável pela média identificada para o município, estando a estadual num patamar bem inferior ao observado. Portanto, caso exista a vontade de se melhorar os índices do Ideb para a educação básica, há que se coordenar as ações nas redes públicas estadual e municipal para se alcançar os padrões verificados para as demais unidades da Federação da Região Sudeste.

3. População: aspectos da saúde

No que se refere à saúde, a situação não é a das mais recomendáveis. Três Barras possui um total de 702 equipes e 5.347 agentes comunitários de saúde da família em operação, para uma população de 880.000 pessoas, o que equivale, respectivamente, a 1.250 pessoas por equipe e 164,6 habitantes por agente comunitário de saúde.

Quantidade de equipes e de agentes comunitários da saúde da família

Localidade	Qtde. de equipes da saúde da família	Qtde. de agentes comunitários da saúde
UF	39.064	248.405,88
Minas Gerais	5.069	27.953,35
Três Barras	702	5.347,00
Rio de Janeiro	2.374	8.553,09
São Paulo	4.741	29.243,00

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O quadro a seguir mostra que a proporção entre as 101 unidades de saúde do município e um contingente populacional de 880.000 mil habitantes é de 8.719 habitantes.

Quantidade e tipo de unidade de saúde

Tipo de unidade de saúde	Quantidade	Habitantes por unidade
Centro de saúde/unidade básica	38	23.157
Hospital especializado	5	176.000
Hospital geral	9	97.777
Posto de saúde	49	17.960
Total	101	8.719

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4. Síntese das informações do Município de Três Barras.

Síntese das Informações	
Área da unidade territorial	467,62
Estabelecimentos de Saúde SUS	82
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	131.810
Matrícula - Ensino médio - 2012	36.447
Número de unidades locais	14.172
Pessoal ocupado total	196.445
PIB <i>per capita</i> a preços correntes - 2012	40.600,03
População residente	880.000
População residente – Homens	423.070
População residente – Mulheres	456.930
População residente alfabetizada	744.587
População residente que frequentava creche ou escola	262.968
População residente, religião católica apostólica romana	299.971
População residente, religião espírita	19.178
População residente, religião evangélica	314.459
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.489,85
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.900,47
Valor do rendimento nominal mediano mensal <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes - Rural	255
Valor do rendimento nominal mediano mensal <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes - Urbana	478,2
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,711

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

5. Ideb Município de Três Barras

Ideb – Três Barras – anos iniciais do ensino fundamental

Três Barras	IDEB Observado					Metas			
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Dependência Administrativa									
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9

Fonte: INEP/MEC. Disponível em:

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=4474570>

Ideb – Três Barras – anos finais do ensino fundamental

Três Barras	IDEB Observado					Metas			
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Dependência Administrativa									
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4

Fonte: INEP/MEC. Disponível em:

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=4474570>

Ideb – Três Barras – ensino médio

Três Barras	IDEB observado					Metas			
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Dependência administrativa									
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9

Fonte: INEP/MEC. Disponível em

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=4474570>

6. Educação – Matrículas, Docentes e Escolas

Três Barras - Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2012

Matrícula - Ensino fundamental - 2012	131.810
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012	33.742
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012	0
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012	62.928
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada - 2012	35.140
Matrícula - Ensino médio - 2012	36.447
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual - 2012	28.725
Matrícula - Ensino médio - escola pública federal - 2012	869
Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal - 2012	0
Matrícula - Ensino médio - escola privada - 2012	6.853
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2012	13.014
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012	0
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012	6.670
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012	6.344
Docentes - Ensino fundamental - 2012	6.229
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012	2.031
Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012	0
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012	2.430
Docentes - Ensino fundamental - escola privada - 2012	1.768
Docentes - Ensino médio - 2012	2.715
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual - 2012	2.125
Docentes - Ensino médio - escola pública federal - 2012	83
Docentes - Ensino médio - escola pública municipal - 2012	0
Docentes - Ensino médio - escola privada - 2012	507
Docentes - Ensino pré-escolar - 2012	732
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012	0
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012	342
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012	390
Escolas - Ensino fundamental - 2012	369
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012	82
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012	142

Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2012	145
Escolas - Ensino médio - 2012	104
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2012	68
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2012	2
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal - 2012	0
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2012	34
Escolas - Ensino pré-escolar - 2012	261
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012	132
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012	129

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) – Censo Educacional 2012.

NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

7. Despesas pagas pela Prefeitura de Três Barras

Despesas (exceto intraorçamentárias)	1.608.172.262,13	
01 - Legislativa	47.338.001,15	2,90%
01.999 - Demais Subfunções Legislativa	47.338.001,15	2,90%
02 - Judiciária	1.021.018,66	0,10%
02.061 - Ação Judiciária	1.021.018,66	0,10%
04 - Administração	71.484.984,85	4,40%
04.122 - Administração Geral	60.548.472,67	3,80%
04.123 - Administração Financeira	9.801.637,11	0,60%
04.126 - Tecnologia da Informação	87.700,00	0,00%
04.127 - Ordenamento Territorial	503.700,00	0,00%
04.128 - Formação de Recursos Humanos	26.775,80	0,00%
04.129 - Administração de Receitas	282.786,00	0,00%
04.131 - Comunicação Social	233.913,27	0,00%
06 - Segurança Pública	16.803.572,42	1,00%
06.182 - Defesa Civil	95.261,17	0,00%
06.183 - Informação e Inteligência	2.312.828,59	0,10%
06.999 - Demais Subfunções Segurança Pública	14.395.482,66	0,90%
08 - Assistência Social	10.765.013,21	0,70%
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	298.512,34	0,00%
08.244 - Assistência Comunitária	549.039,15	0,00%
08.999 - Demais Subfunções Assistência Social	9.917.461,72	0,60%
09 - Previdência Social	233.432.107,00	14,50%
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	226.834.910,53	14,10%
09.999 - Demais Subfunções Previdência Social	6.597.196,47	0,40%

10 - Saúde	410.313.880,79	25,50%
10.301 - Atenção Básica	12.874.145,91	0,80%
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	197.356.643,57	12,30%
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	6.667.072,51	0,40%
10.305 - Vigilância Epidemiológica	1.094.263,36	0,10%
10.999 - Demais Subfunções Saúde	192.321.755,44	12,00%
11 - Trabalho	1.662.684,70	0,10%
11.999 - Demais Subfunções Trabalho	1.662.684,70	0,10%
12 - Educação	519.320.566,17	32,30%
12.361 - Ensino Fundamental	435.387.899,78	27,10%
12.363 - Ensino Profissional	2.935.247,25	0,20%
12.364 - Ensino Superior	125.950,72	0,00%
12.365 - Educação Infantil	49.871.956,51	3,10%
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	9.329.771,90	0,60%
12.367 - Educação Especial	9.318.585,16	0,60%
12.999 - Demais Subfunções Educação	12.351.154,85	0,80%
13 - Cultura	1.646.476,50	0,10%
13.392 - Difusão Cultural	-	0,00%
13.999 - Demais Subfunções Cultura	1.646.476,50	0,10%
15 - Urbanismo	130.717.635,64	8,10%
15.451 - Infraestrutura Urbana	77.213.697,17	4,80%
15.452 - Serviços Urbanos	40.929.954,21	2,50%
15.999 - Demais Subfunções Urbanismo	12.573.984,26	0,80%
16 - Habitação	946.172,23	0,10%
16.999 - Demais Subfunções Habitação	946.172,23	0,10%
18 - Gestão Ambiental	2.522.497,91	0,20%
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	-	0,00%
18.542 - Controle Ambiental	3.000,00	0,00%
18.999 - Demais Subfunções Gestão Ambiental	2.519.497,91	0,20%
26 - Transporte	1.837.670,65	0,10%
26.782 - Transporte Rodoviário	1.837.670,65	0,10%
27 - Desporto e Lazer	2.385.031,87	0,10%
27.812 - Desporto Comunitário	294.282,00	0,00%
27.999 - Demais Subfunções Desporto e Lazer	2.090.749,87	0,10%
28 - Encargos Especiais	155.974.948,38	9,70%
28.845 - Transferências	60.806.886,29	3,80%
28.846 - Outros Encargos Especiais	95.168.062,09	5,90%

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Três Barras. Disponível em <https://tresbarras.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/3/item/7/tipo/1>

8. Receitas da Prefeitura de Três Barras

Total Receitas	1.929.608.295,41	
1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	1.860.479.504,73	96,40%
1.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária	412.273.712,25	21,40%
1.1.1.0.00.00.00 - Impostos	391.106.151,43	20,30%
1.1.1.2.00.00.00 - Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	165.241.597,72	8,60%
1.1.1.2.01.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	-	0,00%
1.1.1.2.02.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	53.551.266,44	2,80%
1.1.1.2.04.00.00 - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR	99.471.345,21	5,20%
1.1.1.2.04.30.00 - Retido nas Fontes	99.471.345,21	5,20%
1.1.1.2.08.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	12.218.986,07	0,60%
1.1.1.3.00.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	225.864.553,71	11,70%
1.1.1.3.05.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	225.864.553,71	11,70%
1.1.2.0.00.00.00 - Taxas	21.167.560,82	1,10%
1.1.2.1.00.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	12.302.523,88	0,60%
1.1.2.2.00.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços	8.865.036,94	0,50%
1.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições	88.386.705,23	4,60%
1.2.1.0.00.00.00 - Contribuições Sociais	63.408.950,06	3,30%
1.2.1.0.29.00.00 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	63.408.950,06	3,30%
1.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	63.408.950,06	3,30%
1.2.2.0.00.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	26.826,51	0,00%
1.2.3.0.00.00.00 - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	24.950.928,66	1,30%
1.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial	7.196.640,47	0,40%
1.3.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	7.196.640,47	0,40%
1.6.0.0.00.00.00 - Receita de Serviços	18.274,00	0,00%
1.6.0.0.99.00.00 - Demais Receitas de Serviços	18.274,00	0,00%
1.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes	1.299.292.849,46	67,30%
1.7.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais	1.298.692.849,46	67,30%
1.7.2.1.00.00.00 - Transferências da União	317.040.961,24	16,40%
1.7.2.1.01.00.00 - Participação na Receita da União	47.788.191,43	2,50%
1.7.2.1.01.02.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	47.767.762,91	2,50%
1.7.2.1.01.05.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	20.428,52	0,00%

1.7.2.1.22.00.00 - Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	59.230.459,85	3,10%
1.7.2.1.22.20.00 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	131.198,58	0,00%
1.7.2.1.22.30.00 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	54.024.981,00	2,80%
1.7.2.1.22.40.00 - Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97 artigo 49 I e II	4.395.344,50	0,20%
1.7.2.1.22.70.00 - Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	678.935,77	0,00%
1.7.2.1.33.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	150.876.678,44	7,80%
1.7.2.1.34.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.118.911,21	0,30%
1.7.2.1.35.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	44.968.040,17	2,30%
1.7.2.1.36.00.00 - Transferências Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	2.368.277,15	0,10%
1.7.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União	5.690.402,99	0,30%
1.7.2.2.00.00.00 - Transferências dos Estados	741.169.723,55	38,40%
1.7.2.2.01.00.00 - Participação na Receita dos Estados	705.755.579,92	36,60%
1.7.2.2.01.01.00 - Cota-parte do ICMS	650.762.554,60	33,70%
1.7.2.2.01.02.00 - Cota-parte do IPVA	33.325.285,96	1,70%
1.7.2.2.01.04.00 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	16.259.473,48	0,80%
1.7.2.2.01.13.00 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	26.826,51	0,00%
1.7.2.2.01.99.00 - Outras Participações na Receita dos Estados	5.381.439,37	0,30%
1.7.2.2.22.00.00 - Transferências da Cota-parte da Compensação Financeira (25%)	35.414.143,63	1,80%
1.7.2.2.22.30.00 - Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 artigo 9º	35.414.143,63	1,80%
1.7.2.4.00.00.00 - Transferências Multigovernamentais	240.482.164,67	12,50%
1.7.2.4.02.00.00 - Transferências de Recursos da Complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundeb	240.482.164,67	12,50%
1.7.6.0.00.00.00 - Transferências de Convênios	600.000,00	0,00%
1.7.6.1.00.00.00 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	500.000,00	0,00%
1.7.6.1.03.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	500.000,00	0,00%
1.7.6.4.00.00.00 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas	100.000,00	0,00%
1.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes	53.311.323,32	2,80%

1.9.1.0.00.00.00 - Multas e Juros de Mora	23.264.269,70	1,20%
1.9.1.1.00.00.00 - Multas e Juros de Mora dos Tributos	17.185.312,14	0,90%
1.9.1.3.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	3.597.048,08	0,20%
1.9.1.9.00.00.00 - Multas de Outras Origens	2.481.909,48	0,10%
1.9.2.0.00.00.00 - Indenizações e Restituições	1.195.278,05	0,10%
1.9.3.0.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa	25.562.586,88	1,30%
1.9.3.1.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Tributária	25.562.586,88	1,30%
1.9.3.2.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa não Tributária	-	0,00%
1.9.9.0.00.00.00 - Receitas Diversas	3.289.188,69	0,20%
2.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	2.316.181,57	0,10%
2.1.0.0.00.00.00 - Operações de Crédito	2.110.693,57	0,10%
2.1.1.0.00.00.00 - Operações de Crédito Internas	2.110.693,57	0,10%
2.4.0.0.00.00.00 - Transferências de Capital	205.488,00	0,00%
2.4.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais	205.488,00	0,00%
2.4.2.1.00.00.00 - Transferências da União	205.488,00	0,00%
2.4.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União	205.488,00	0,00%
7.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	66.812.609,11	3,50%

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Três Barras. Disponível em <https://tresbarras.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/2/item/1/tipo/1>